

exegesis, as a scientific discipline, is frequently based on other sources rather than on the Saints reading of the texts. Nevertheless they can supply data of great exegetic value, through their union with God. In this work it is given an example of these kind of contributions throughout a particular case – Mary's secret towards Joseph on her conception (see Mt 1:18-25 and Lk 1:26-56) – and the approach made by Saint Josemaría Escrivá.

ABREU, Adélio Fernando – *O Legado Pastoral do Cardeal D. Américo, Bispo do Porto (1871-1899)* p. 213-226

The present article deals with the pastoral legacy of Cardinal D. Americo Ferreira dos Santos Silva, bishop of Porto from 1871 to 1889 and faces the protest the prelate had to deal with, sustained by liberal factions which have seen themselves defrauded of their most radical expectations. The bishop was also criticized by those catholics which accused him of regalism. The article also treats the difficulties raised up by the legitimists concerning the Episcopal and cardinalities processes of nomination. The author studies the relation and the support the bishop gave to the catholic movement emerging in the city around the decade of seventies concerning the Catholic Association and the journal *A Palavra*, as well as the mediation in the domain of relations between church and state, mainly the process of the new ecclesiastical circumscription of 1882. From hereon, the author tries to show the consensus the bishop got in the decade of the eighties.

D. Americo converged to demonstrations showing love to his homeland, and kept the caring interest alive, yet present and active since the beginning of his episcopacy, gradually enlarged according to the intuitions and social motions of *Rerum Novarum*. At last, the article refers the commitment the bishop had in the formation of diocesan priests, reforming and enlarging the Seminar of Porto, and founding the Seminar of Carvalhos.

TAVARES, Pedro Vilas Boas – *Decadentismos finisseculares oitocentistas: Augusto de Castro e Amadeu Cunha, entre experiências, saudades e revisionismos* p. 227-245

This article focuses the forgotten lives and works of Augusto de Castro and Amadeu Cunha, as well as the literary relationships built. This also helps us better understand the cultural life on northern Portugal in the late 19th century, which, at the same time, was responsible for the cultural heritage they brought into the 20th century.

Notas e Comentários

PENSAMENTO, MUNDO E RELIGIÃO EM HANNAH ARENDT: UM APONTAMENTO

1. O rigor e a perplexidade do pensamento

«(...) Começo sempre qualquer coisa dizendo “A e B não são o mesmo”. E isto, certamente, procede de Aristóteles»¹. O rigor intelectual do *distinguo* configura radicalmente a obra de Hannah Arendt. O núcleo do pensamento arendtiano funda-se, no entanto, na abolição da milenar distinção que deu origem à «teoria dos dois mundos», o mundo da (mera) aparência e o mundo do (verdadeiro) ser, pela dissolução daquilo a que chama a falácia metafísica². É um dado da experiência que as palavras com que pensamos não se ajustam ao mundo em que vivemos, e foi esta discrepância que, segundo Arendt, em primeiro lugar levou à filosofia e à metafísica, isto é, à declaração da primazia do ser relativamente ao mundo das aparências. Mas a aparência é o único horizonte, tanto da experiência directa como do pensamento, afirma: o pensamento, ao retirar-se do mundo, acede a outro tipo de aparências, porque a estrutura mental humana está feita para enfrentar o que aparece, o ser que se manifesta, se quisermos. Na esteira de Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, Arendt dirige a atenção prioritariamente para o fenoménico; fá-lo, não virando o pensamento metafísico de pernas para o ar, mas denunciando o que considera ser a falsidade da dicotomia entre os dois mundos.

A partir daqui Arendt exercita esmeradamente a arte da distinção: entre vida activa e vida do espírito; verdade e sentido; conhecimento e pensamento; *oikos* e *polis*; âmbito privado e âmbito público; pluralidade e unidade; labor, trabalho e

¹ Cf. “Hannah Arendt on Hannah Arendt”, in Melvyn A. HILL, ed., *Hannah Arendt: The Recovery of the Public World*, New York: St. Martin's Press, 1979, p. 338.

² Cf. ARENDT, Hannah, *A vida do espírito. Volume 1 - Pensar*, Lisboa: Piaget, 1999, pp. 13-80.

acção³; causalidade e liberdade; poder e violência; fama e reputação; diferença natural e igualdade política. Distingue e define, iluminado a origem semântica das palavras e o seu uso histórico, de modo a facilitar a sua compreensão.

Hannah Arendt faz a apologia não só da distinção e da definição mas também daqueles elementos constitutivos do pensamento genuíno que são a perplexidade e a aporia. Sócrates é apresentado como tipo exemplar do homem de pensamento. «Esse amante das perplexidades», como lhe chama Arendt, não só diz que não sabe, mas pretende comunicar esse embaraço. Desperta-se a si e desperta os outros do torpor das ideias feitas, examina e estimula ao exame dos assuntos, não deduz a partir de princípios imutáveis nem se detém na receita moral definitiva. Crê, pelo contrário, que é a consideração cuidadosa e perspicaz do bem agir nas suas diversas formas que ilumina e edifica os que levam a cabo tal exame⁴.

Pensar é inquirir sobre o sentido, diz Arendt, seguindo a Heidegger⁵. E afirma também que pensar é perigoso, porque entre outras coisas pode levar ao nihilismo, embora não seja este o produto próprio do pensamento. Mas é muito mais perigoso não pensar⁶. E, poderia acrescentar-se, uma forma de não pensar é instalar-se na superfície das perplexidades dos grandes pensadores ou simplesmente repousar nas aporias da sua argumentação.

Neste sentido, vale a pena lançar um olhar sobre o pensamento de Hannah Arendt no que concerne aos conceitos de mundo e religião.

2. O elogio do mundo, Jesus e Maquiavel

A antropologia de Hannah Arendt constitui-se como um elogio do mundo e uma apologia da acção, esta concebida unicamente como actividade política⁷. A *polis* ateniense, purificada da ganga de erros hoje já não admissíveis, tais como a existência de escravos, erige-se como tipo ideal do mundo nas considerações sobre a política tecidas por esta pensadora.

A acção pressupõe a liberdade e a pluralidade, afirma Arendt. A humanidade é plural e cada ser humano é capaz de iniciar algo, de romper as séries de sucessos decorrentes da causalidade natural, o que o distingue dos outros seres da terra.

³ Em *The Human Condition*, obra publicada pela primeira vez em 1958, Hannah Arendt usa os termos *labor*, *work* e *action* e, na edição alemã deste livro, intitulado *Vita activa*, os vocábulos *Arbeit*, *Herstellung* e *Handlung*. Os termos *labor*, *trabalho* e *acção* são os empregados na tradução portuguesa do mesmo texto – *A Condição Humana*, Lisboa: Relógio d'Água, 2001 – pela qual cito.

⁴ Cf. *A Vida do Espírito. Volume 1 – Pensar*, ed. cit., pp. 184-198. As palavras citadas encontram-se na p. 198.

⁵ Arendt atribui à distinção estabelecida por Kant entre razão (*Vernunft*) e intelecto (*Verstand*) um papel determinante na posterior importância que assumirá a faculdade de pensar. Cf. *idem*, pp. 23-25 e 73-76.

⁶ Cf. *idem*, pp. 194-196.

⁷ A antropologia política de Hannah Arendt encontra-se exposta em *A Condição Humana*, ed. cit. Relativamente à definição do homem como animal político, cf. *idem*, pp. 38-43.

A imprevisibilidade e a irreversibilidade das acções dos sujeitos plurais tornam-nas frágeis e vulnerabilizam o mundo, cenário durável da vida política, construído pelo artifício humano como vitória sobre o cíclico retorno da vida natural. Daí a tentação, teórica e prática, da unicidade. Daí, também, a importância do perdão e da promessa, potencialidades da própria acção, para redimi-la da fragilidade que lhe é inerente⁸.

«A única actividade que Jesus recomenda nas suas pregações é a acção, e a única capacidade humana que ele saliente é a capacidade de “fazer milagres”», diz Hannah Arendt em *A condição humana*⁹. Os seres humanos são dotados de liberdade, da faculdade de começar, um milagre em relação ao universo da natureza, que transcendem como seres políticos que são. Afirma também que o perdão, tal como foi apresentado por Jesus, representa uma atitude de inestimável valor político. Devido à faculdade de iniciar que caracteriza todo o sujeito humano e à irreversibilidade das suas acções, o autor de actos funestos deve poder ser perdoado, sem que tais acções deixem de ser julgadas nocivas ou se deixe de exercer a justiça penal. Trata-se, segundo Arendt, de uma autêntica experiência política, desvalorizada, no entanto, pelo contexto religioso em que surge.

No mesmo texto Arendt afirma também que a actividade que Jesus principalmente ensinou, por palavras e obras, foi a «actividade da bondade» (*the activity of goodness*¹⁰) e que a bondade abriga obviamente a tendência para evitar ser vista ou ouvida. As boas obras são realizadas tendo como referência a bondade em si mesma considerada e não o mundo: verdadeiramente não são deste mundo. Trata-se de uma atitude religiosa, orientada para o bem radical, transmundana: «É este carácter extramundano das boas obras que faz do amante da bondade uma figura essencialmente religiosa e torna a bondade, como a sabedoria na antiguidade, uma qualidade essencialmente inumana e sobre-humana». O amor à bondade absoluta e ao ocultamento a ela inerente nega o carácter público do mundo e contradiz a condição humana da pluralidade. Cria a experiência aniquilante do isolamento, apenas compensável pela representação da companhia de Deus. E se a bondade, no sentido de uma atitude essencialmente religiosa, se torna o critério de actuação na vida pública, acrescenta Arendt, corrompe-se e corrompe o mundo, espaço da aparência, da pluralidade e da glória¹¹.

As boas obras dadas a conhecer pelo cristianismo são, segundo a filósofa, uma variedade possível da acção humana, cujo lugar próprio é o espaço público; e, contudo, não podem aparecer externamente, sob pena de realmente deixarem de ser tais. As boas obras são tendencialmente públicas enquanto acções, isto é, enquanto realizadas no seio da pluralidade que constitui o espaço público, mas esvaziam-se do carácter público por não lhes ser lícito aparecer ante tal pluralidade. A referida

⁸ Cf. *idem*, pp. 281-300. A centralidade da noção de pluralidade em *A Condição Humana* é tratada em VILA-CHÁ, João J., “The Plurality of Action: Hannah Arendt and the Human Condition”, *Revista Portuguesa de Filosofia*, 50 (1994), pp. 477-484.

⁹ Cf. ed. cit., p. 387.

¹⁰ *The Human Condition*, 2nd edition, Chicago: The University Press, 1958, p. 74.

¹¹ Cf. *A Condição Humana*, ed. cit., pp. 86-92. As palavras citadas encontram-se na p. 90.

actividade da bondade será, assim, uma acção peculiar, dir-se-ia uma contra-acção, no sentido de uma contradição nos seus termos e no sentido ainda de uma impugnação do carácter secular da *res publica*, ou seja, da autonomia da cidade em relação à divindade e ao religioso.

Cabe então perguntar: a única actividade que Jesus prega é afinal o mundano milagre da acção ou a actividade exclusivamente norteada pela bondade, que destrói o espaço público, palco necessário da acção e do milagre? Arendt, autora de ambas as afirmações, não responde a esta pergunta, que também não formula de modo expresso. Declara tão somente que o aparecimento de Jesus na história é um «acontecimento profundamente paradoxal»¹². Interessa, pois, abordar a perplexidade de Arendt ante o sentido que têm o amor à bondade radical e a acção na vida e pregação de Jesus de Nazaré.

É frequente encontrar nos textos de Hannah Arendt a observação de que Maquiavel foi o primeiro a distinguir entre o bem fazer próprio do âmbito político e a concepção cristã da bondade, que não é deste mundo. Arendt recorda o famoso texto do pensador florentino em que este ousa ensinar o interveniente em política a não ser bom. É que o bem político reside na obtenção da glória, pela *fortuna* e pela *virtù*. A glória é o apogeu da aparência: como na arte, os feitos humanos devem brilhar «pelos seus méritos intrínsecos», dizem os *Discursos*. Arendt louva ainda a lucidez e a coragem de Maquiavel em introduzir no pensamento político do seu tempo um princípio secular de distinção entre os homens: no âmbito da coisa pública, o Estado-Nação deverá prevalecer sobre a Igreja. O Estado – a cidade, o mundo – é declarado uma realidade autárquica¹³.

Partindo da *Política* de Aristóteles e dos escritos de Maquiavel, Hannah Arendt faz da distinção entre os âmbitos público e privado uma peça fundamental da teoria que desenvolve sobre a vida activa e a condição humana. Opera esta análise definindo o que entende por âmbito público e por acção política. O domínio público é simultaneamente o espaço próprio do que aparece e a actividade, nesse palco, dos actores. Não é difícil, segundo Arendt, localizar as diferentes actividades nos domínios público e privado. Coincidem geralmente com o privado a necessidade, a futilidade e o recato; e, com o público, a liberdade, a permanência e a honra. Mas há um critério mais certo ainda: «há coisas que devem ser ocultadas e outras que necessitam de ser expostas em público para que possam adquirir alguma forma de existência»¹⁴. É claro para Hannah Arendt que o domínio público é o da interacção e da palavra entre sujeitos plurais, isto é, das actividades políticas. E é, em princípio, remetida para o domínio privado a vária soma das outras actividades, as que não são públicas: trata-se de um âmbito muito

¹² Cf. *idem*, p. 88.

¹³ Cf. *idem*, pp. 91-92; e ainda os seguintes textos de H. Arendt: “What is Authority?”, in *Between Past and Future*, ed. cit., pp. 136-139; “Un viatique pour lire Machiavel. Un cours inédit de Hannah Arendt”, *Magazine Littéraire*, 397 (2001), pp. 50-52; e *Sobre a Revolução*, Lisboa: Moraes Editores, 1971, pp. 34-39. As palavras citadas encontram-se em *A Vida do Espírito. Volume I – Pensar*, ed. cit., p. 149.

¹⁴ Cf. *A Condição Humana*, ed. cit., p. 87.

amplo, menos iluminado e de traços menos nítidos. Pertenceriam, assim, ao reino privado a amizade e o amor, mas também as actividades decorrentes da condição biológica do ser humano e, deste modo, fruto da necessidade.

3. Religião e *amor mundi* segundo Hannah Arendt

Lê-se num caderno de apontamentos de Hannah Arendt:

As três dimensões da pluralidade:

o espaço do público

o espaço do privado

o espaço da solidão¹⁵.

Arendt condensa nestas quatro linhas o ordenamento da actividade humana de acordo com o seu projecto de teoria política. Para além dos âmbitos público e privado em que se divide a *vida activa*, há ainda o domínio da solidão, próprio da vida, *não activa*, da mente¹⁶. As actividades públicas, privadas e solitárias são todas elas dimensões da pluralidade humana, ou porque nelas esta especificamente se manifesta, como se verifica na acção política, ou porque a reflectem, como acontece no diálogo consigo mesmo que é a actividade de pensar, ou porque apenas a silenciam sem negá-la, como é o caso do amor, que une os amantes sem ter em conta o mundo¹⁷.

É possível negar a pluralidade, diz Arendt. O totalitarismo é uma forma extrema e brutal de aniquilação daquele traço específico dos seres humanos. Mas o amor à bondade exercida no mundo também anula a pluralidade: a bondade seria, como vimos, uma qualidade não só transmundana mas, além disso, sobre-humana, uma atitude religiosa. Por que motivo a atitude genuinamente religiosa actuando no mundo anula a pluralidade? Porque, dirá Hannah Arendt, prescinde dela: desvincula a acção da aparência e exime da busca da concertação pela palavra. Ao orientar-se para a bondade absoluta, a actividade da bondade atende ao

¹⁵ *Die drei Dimensionen der Pluralität: der Raum des Öffentlichen, der Raum des Privaten, der Raum der Einsamkeit* (Denktagebuch XIX, p. 7)

Este caderno de apontamentos é um dos vinte e oito *Denktagebücher* que fazem parte do espólio literário de Hannah Arendt conservado no Deutsches Literaturarchiv em Marbach-am-Neckar, Alemanha, entretanto publicado (ARENDDT, Hannah, *Denktagebuch 1950-1953*. Ed. Ursula LUDZ/Ingborg NORDMANN. 2 Bände. 2. Aufl. München: Piper 2002, p. 454.

¹⁶ Cf. *A Vida do Espírito. Volume I – Pensar*, ed. cit., pp. 198-212; e *Volume II – Querere*, 2000. Ver também o excelente comentário de *A Vida do Espírito* da autoria de YOUNG-BRUEHL, Elisabeth, “Reflections on *The Life of the Mind*”, em HINCHMAN, Lewis P./ HINCHMAN, Sandra K., eds., *Hannah Arendt: Critical Essays*, Albany, N. Y.: State University of New York Press, 1994.

¹⁷ Cf. *A Condição Humana*, ed. cit., p. 294.

uno, não à pluralidade e, por isso, não pode reclamar-se constitutiva da acção, visto que verdadeiramente difere do carácter essencial desta. Exige o isolamento e este, contrariamente à solidão, repudia a pluralidade.

A vida e pregação de Jesus de Nazaré, que fundamentalmente teriam consistido em realçar a importância de dois tipos de actividades, as boas obras ou o amor à bondade e a milagrosa faculdade de iniciar ou acção, não podem deixar de ser vistas por Hannah Arendt como paradoxais, por unirem ou justaporem dois termos que, a seu ver, se excluem mutuamente.

Esta mútua exclusão só poderia ser superada se, seguindo o modelo arendtiano de organização dos espaços em que se exercem as actividades humanas, a actividade da bondade fosse situada, não no reduto do isolamento, mas sim no espaço da solidão, de modo análogo à actividade de pensar, na qual se actualiza a pluralidade interna do pensamento pela conversa silenciosa de cada um consigo mesmo. A localização da actividade da bondade na esfera da solidão ganha pertinência se tivermos em conta que, ainda de acordo com Arendt, também a vontade comporta uma dualidade, que gera o conflito entre eu quero (*volo*) e não quero (*nolo*)¹⁸. Este conflito cessa, quer com a acção, que se substitui ao querer, quer pela transformação da vontade em amor, pura actividade e liberdade da vontade¹⁹. As boas obras seriam, deste modo, expressão do querer pacificado pelo amor. Tal como a actividade de pensar, a actividade da bondade está afastada do mundo e não influi nele directamente. Directamente configura o carácter do indivíduo que age no espaço público, o actor. O ocultamento próprio do amor à bondade deve-se a que este se situa no âmbito da liberdade da vontade, diferente da liberdade da acção ou liberdade política. Como possível desenvolvimento do pensamento de Hannah Arendt, dir-se-ia que a actividade das boas obras pregada por Jesus de Nazaré se realiza na vontade e qualifica aquele que age, mas *não é* a acção. A acção exercita-se propriamente no espaço público, o mundo, lugar por excelência da pluralidade. A esfera própria do amor à bondade, assim como da indagação do sentido, é a solidão, em que, embora de outro modo, a pluralidade também está presente.

O próprio pensamento arendtiano aponta, assim, para a superação da perplexidade de Arendt ante a coexistência, em Jesus de Nazaré, do amor à bondade e do amor à acção e ao mundo. A autora de *A Condição Humana* valoriza, no mundo, essencialmente a pluralidade e a liberdade dos homens e das mulheres que o habitam; e, na solidão, o reflexo destes traços humanos fundamentais. Ora, tanto o amor ao *saeculum* como o amor à bondade, em si mesma considerada, manifestam a pluralidade: o objecto do amor ao mundo é ele mesmo plural; o do amor à bondade é singular, tal como sucede no amor entre amigos ou amantes; mas, em todos os casos, o amor genuinamente humano parte da dualidade e da liberdade da vontade.

¹⁸ «Faz parte da natureza da vontade o duplicar-se, e neste sentido, onde quer que haja uma vontade, há sempre duas vontades nenhuma das quais é plena (*tota*), e o que está presente numa delas está ausente na outra». *A Vida do Espírito. Volume II – Querer*, ed. cit., p. 102.

¹⁹ Cf. *idem*, pp. 109-112 e 156-159.

Numa carta dirigida a Karl Jaspers, em 1955, Hannah Arendt diz que gostava de intitular *Amor mundi* o livro que está a escrever sobre teoria política²⁰. Este amor ao mundo floresceu, certamente, no espaço da solidão, que é também o âmbito próprio do amor – religioso – à bondade absoluta.

LÍDIA FIGUEIREDO

²⁰ Cf. ARENDT, Hannah/ JASPERS, Karl, *Briefwechsel 1926-1969*, ed. Lotte KÖHLER / Heinrich SANER, München: Piper, 1985, documento n.º 169 (6 de Agosto de 1955), p. 301. O livro em questão veio a intitular-se *The Human Condition*.